

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025

Referências: Edital de Pregão Eletrônico nº 90004/2025

UASG nº 928576

Processo Administrativo nº 2025000340

**Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto –
SAMAE, de Caxias do Sul – RS**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TRANSPORTES, INCLUINDO VEÍCULOS COM MOTORISTAS DEVIDAMENTE HABILITADOS, MANUTENÇÃO E COMBUSTÍVEL, PARA TRANSPORTE DE PESSOAS EM SERVIÇO, DOCUMENTOS, FERRAMENTAS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E PEQUENAS CARGAS, A FIM DE ATENDER À DEMANDA DO SAMAE DE CAXIAS DO SUL – RS EM DESLOCAMENTOS, AFERIDOS POR QUILOMETRO RODADO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.

Ilmo. (a) Sr. (a) Pregoeiro (a),

PVAX CONSULTORIA E LOGISTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.117.414/0001-84, com endereço na Rua Monsenhor Raeder nº 25, complemento 01, Niteroi - RJ - CEP 24110814, através do seu representante legal, vem, com fundamento no art. 165, I, “c” e § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra decisão exarada, contrariando o item 8.2, fls. 47 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90004/2025, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir dispostos:

Rua Avenida Rio Branco, nº 108
18º andar | Centro | Rio de Janeiro/RJ
CEP 20040-001 | CNPJ 12.117.414/0001-84
www.pvax.com.br | contato@pvax.com.br
+55 (21) 2628-1609

I. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS E REGULAMENTARES

O presente recurso administrativo fundamenta-se, sobretudo, nos princípios da publicidade e da motivação, que exigem da Administração a devida transparência e fundamentação nas decisões que afetam a habilitação de licitantes, conforme prevê o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Dispõe o art. 165, inciso I, alínea “c” e § 2º da Lei Federal n.º 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

c) ato de habilitação ou inabilitação do licitante;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

A legislação supracitada visa garantir às licitantes o direito de recorrer de decisões que possam ter sido tomadas em desconformidade com o Edital, com a legislação vigente ou com os princípios que regem os procedimentos licitatórios.

Cabe ressaltar, ainda, que o presente recurso é tempestivo, uma vez que é interposto dentro do prazo estabelecido na legislação em comento, que concede o prazo de três dias úteis para interposição, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, conforme item 8 do Edital, *f*/s. 16.

II. DOS MOTIVOS QUE ENSEJAM O PRESENTE RECURSO

O Edital do Pregão Eletrônico n.º 90004/2025 estabelece, em seu subitem **7.1.1**, *f*/s. 14 do Edital, que a verificação da habilitação das licitantes será realizada por meio do **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, nos documentos por ele abrangidos, exclusivamente em relação à licitante provisoriamente vencedora.

Ainda, o **subitem 7.1.2.4 do Edital** dispõe que os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser apresentados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo mínimo de **duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação efetuada pelo Pregoeiro, exclusivamente em relação à licitante provisoriamente vencedora.

Por fim, o **subitem 7.7 do Edital** prevê que, na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro deverá examinar a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda plenamente ao presente edital.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é clara quanto à obrigatoriedade de apresentação de certidões válidas para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação¹.

Os documentos necessários para comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação, bem como a forma e o momento apropriados para apresentar a documentação devem ser previstos no edital. Art. 63 da Lei 14.133/21:

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;













Nesses termos, os documentos de habilitação serão exigidos somente do licitante mais bem classificado após o julgamento das propostas².

¹ Fonte: https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/5-5-habilitacao-2/?utm_source=chatgpt.com

² Fonte: Lei 14.133/2021, art. 63, incisos II e III; IN – Seges/ME 73/2022, art. 39, §§ 2º e 3º.

O Acórdão 964/2012³ do Tribunal de Contas da União (TCU), firmou o entendimento de que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal devem exigir, nos contratos de execução continuada ou parcelada, a comprovação, por parte da contratada, da regularidade fiscal, incluindo a seguridade social, sob pena de violação do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

A título de ilustração, segue abaixo quadro comparativo entre os **documentos exigidos no referido edital** e os que são efetivamente **contemplados pelo SICAF**, com observações detalhadas sobre cada um.

Categoria de Habilitação	Documentos Exigidos no Edital	Contemplado no SICAF?	Observações
Habilitação Jurídica	Contrato social/estatuto e alterações	Sim 	Presente no Nível II do SICAF
Habilitação Jurídica	Registro na Junta Comercial ou RCPJ	Sim 	Presente no Nível II do SICAF
Habilitação Jurídica	Prova de eleição/nomeação dos administradores	Sim 	Presente no Nível II do SICAF
Regularidade Fiscal Federal	CND Receita Federal/PGFN	Sim 	Verificado automaticamente no Nível III
Regularidade Fiscal Estadual/Municipal	Certidões de regularidade estadual e municipal	NÃO 	Nível IV do SICAF ainda não implementado integralmente
Regularidade Trabalhista (CNDT)	CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas)	Sim 	Verificado automaticamente no Nível III
Regularidade FGTS	Certidão de regularidade do FGTS	Sim 	Consulta automática via Conectividade Social
Qualificação Econômico-Financeira	Certidão negativa de falência	Sim 	Presente no Nível VI
Qualificação Econômico-Financeira	Balanco patrimonial e demonstrativos (com termos de abertura e encerramento)	NÃO ⁴ 	Requer envio manual para análise dos indicadores
Qualificação Econômico-Financeira	Recibo de entrega da ECD/SPED	NÃO 	Deve ser apresentado fora do SICAF
Qualificação Econômico-Financeira	Comprovação de capital social/patrimônio líquido proporcional	NÃO 	Análise feita a partir de documentos contábeis; não processado pelo SICAF
Qualificação Técnica	Atestados de capacidade técnica	NÃO 	Deve ser anexado manualmente; fora do escopo do SICAF

³ Fonte: https://pesquisa.gpps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*?NUMACORDAO%253A964%2520ANOACORDAO%253A2012%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0

⁴ O SICAF pode armazenar o balanço patrimonial básico, porém não contempla os termos de abertura/encerramento nem a análise dos dados contábeis (saúde financeira).

Considerando que conforme demonstrado no quadro técnico consolidado, ao menos 05 (cinco) documentos imprescindíveis exigidos no Edital não são contemplados pelo SICAF.

Imperioso indagar a Pregoeira, de que forma a empresa Brumar Transporte foi declarada vencedora do certame, caso não tenha apresentado tais documentos no momento processual oportuno, e tampouco seja possível sua verificação automática pelo SICAF?

Ressalte-se que o próprio edital condiciona a habilitação da licitante vencedora à apresentação da documentação exigida nos itens 8.2.1, III e IV, **os quais não se resumem à consulta no SICAF**, conforme a própria redação dos subitens 7.1.2.4 e seguintes.

Posto isso, requer-se que seja esclarecido e comprovado documentalmente, nos autos do processo licitatório, de que forma foi aferida a regularidade documental da empresa declarada vencedora, com especial atenção àquelas exigências fora do escopo do SICAF.

Relevante destacar o que o professor Marçal Justen Filho ensina⁵:

A ausência de apresentação da documentação no momento apropriado acarreta a preclusão da sua apresentação em outra oportunidade. **O licitante que deixa de atender tempestivamente na forma estabelecida às exigências do edital deve arcar com as consequências.**

Tal como previsto no art. 64, ocorre tanto a preclusão temporal como a consumativa. Ou seja, **não é facultado ao licitante apresentar documentos novos ou substituir os que tiver produzido anteriormente.**

⁵ **FILHO, Marçal Justen.** Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023, p. 831.

Rua Avenida Rio Branco, nº 108
18º andar | Centro | Rio de Janeiro/RJ
CEP 20040-001 | CNPJ 12.117.414/0001-84
www.pvax.com.br | contato@pvax.com.br
+55 (21) 2628-1609

No entanto, verifica-se a ausência de clareza e de fundamentação adequada por parte do Pregoeiro no que tange ao cumprimento das exigências editalícias pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar.

III. DAS RAZÕES DO RECURSO

Da Falta de Clareza na Qualificação da Licitante Provisoriamente Classificada em Primeiro Lugar

A análise da qualificação da licitante provisoriamente vencedora é requisito essencial para o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência.

A ausência de clareza acerca do cumprimento integral das exigências editalícias compromete não apenas a lisura do certame, mas também a segurança jurídica dos licitantes participantes.

Em observância ao disposto no **subitem 7.1.2.4 do Edital**, requer-se que seja esclarecido se a licitante provisoriamente vencedora (Brumar Transporte) apresentou, de forma tempestiva e integral, todos os documentos exigidos pelo Edital e pelo Termo de Referência e não somente o SICAF, mas sim os determinados no item 8.2, fls. 47 do Edital, exigências de habilitação (jurídica, fiscal trabalhista, econômico-financeira e técnica e etc).

IV. Da Falta de Fundamentação na Análise das Propostas Subsequentes

Nos termos do **subitem 7.7 do Edital**, é dever do Pregoeiro, na hipótese de inabilitação da licitante provisoriamente vencedora, examinar as propostas subsequentes, observando rigorosamente a ordem de classificação.

Dessa forma, requer-se que o Pregoeiro esclareça, com a devida fundamentação, se houve efetiva análise dos documentos obrigatórios descritos no item 8.2 do edital, bem como a disponibilização de atas, registros, comunicações oficiais e quaisquer documentos que comprovem o cumprimento do mencionado procedimento.

V. Da Publicidade e Transparência

A disponibilização de registros e documentos que comprovem o cumprimento das exigências editalícias é medida necessária para garantir a transparência do procedimento licitatório, conforme preconizado pela Lei Federal n.º 14.133/2021.

A ausência de tal publicidade constitui vício que compromete a validade do certame.

VI. DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, requer-se:

- 1) O **conhecimento** deste Recurso Administrativo, por sua tempestividade, nos termos do art. 165, inciso I, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021;
- 2) O **provimento** do presente recurso, com a consequente invalidação da habilitação da empresa Brumar Transporte, diante do descumprimento das exigências editalícias previstas no item 8.2 do Edital;
- 3) A disponibilização, por parte da Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de todos os registros, atas, comunicações e documentos que comprovem a análise da habilitação da licitante provisoriamente vencedora, com a devida fundamentação, conforme preceitua o princípio da publicidade e o art. 5º, da Lei nº 14.133/2021;
- 4) A restauração da ordem classificatória do certame, com a exclusão da empresa inabilitada e convocação da próxima colocada, em observância ao item 7.7 do Edital;
- 5) Subsidiariamente, caso não reconsiderado o ato recorrido, o encaminhamento do presente recurso à autoridade superior, para apreciação e decisão, conforme art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;
- 6) A concessão de efeito suspensivo ao recurso, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021, até decisão final da autoridade competente;

- 7) A ampla publicidade de todas as manifestações e decisões administrativas relacionadas ao certame, garantindo o pleno acesso aos autos, em respeito ao princípio da transparência.

Termos em que,
Pede deferimento.

PVAX CONSULTORIA E LOGÍSTICA

